

ELEIÇÕES / Numa crítica velada a ministros do STF, presidente diz ser necessário lutar contra o que chamou de “ladrões que querem roubar nossa liberdade”. Segundo o chefe do Executivo, cabe às Forças Armadas e à população defender o país

Bolsonaro fala em “ir à guerra”

» INGRID SOARES

Em mais um capítulo da crise entre Executivo e Judiciário, o presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a criticar indiretamente ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ontem, em Umuarama (PR), o chefe do Executivo chamou apoiadores “à guerra” contra o que chamou de “ladrões que querem roubar nossa liberdade”. A declaração ocorreu durante visita a trecho da Estrada Boiadeira (BR-487).

“Como se não bastassem os problemas no país, nós todos aqui temos problemas internos no Brasil. Hoje, temos não mais os ladrões de dinheiro do passado. Surgiu uma nova classe de ladrão, que são aqueles que querem roubar a nossa liberdade”, disparou. “Eu peço que vocês, cada vez mais, se interessem por esse assunto. Se precisar, iremos à guerra. Mas eu quero um povo ao meu lado consciente do que está fazendo e de por quem está lutando.”

Segundo Bolsonaro, cabe às Forças Armadas e à população defender o país. “Nós todos aqui não podemos chegar lá na frente, 2023, 24, 25, ver a situação que se encontra o Brasil e falar: ‘O que nós não fizemos em 2022 para que nossa pátria chegasse à situação que se encontra?’”, ressaltou. “Todos nós temos um compromisso com o nosso Brasil, não apenas os militares que fizeram o juramento de defender a pátria com sacrifício da própria vida. Todos nós temos de nos informar e nos preparar. Não podemos deixar que o Brasil siga o caminho de alguns outros países aqui na América do Sul”, acrescentou, citando a Venezuela e a Argentina.

Bolsonaro afirmou que os presentes ao evento sabiam do que ele estava falando. “É a verdade. Até pouco tempo, o povo brasileiro não estava acostumado a

Isac Nóbrega/PR



Bolsonaro defendeu o armamento da população: “A arma de fogo é garantia para sobrevivência de suas famílias e questão de segurança nacional”

ouvir a verdade. Eu não digo o que vocês querem ouvir, eu digo o que vocês devem ouvir”, continuou, sob aplausos.

O chefe do Executivo defendeu, mais uma vez, o que chamou de direito à liberdade de expressão e lembrou o indulto concedido ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), condenado à prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por ataques às instituições democráticas; e a anulação da cassação do deputado Fernando Francischini por disseminação de fake news nas eleições de 2018.

“Nós defendemos, além do direito de expressão, o direito de ir

e vir. Não posso admitir a prisão de um parlamentar por causa de algo que eu não gostaria de ouvir. A liberdade de expressão, ou nós temos, ou não temos”, frisou.

Pautas como aborto, ideologia de gênero e armamento também fizeram parte do discurso. Ele também criticou a campanha de desarmamento no Canadá. “Vocês sabem que a arma de fogo é garantia para sobrevivência de suas famílias e questão de segurança nacional. Povo armado jamais será escravizado”, destacou. “Poucos na Praça dos Três Poderes podem muito, mas nenhum deles pode tudo. A nossa liberdade não tem preço, e parece que

alguns não querem entender. A liberdade é mais importante do que a própria vida”, repetiu.

Paraguai

No fim da tarde de ontem, Bolsonaro desembarcou em Foz do Iguaçu (PR), onde se reuniu com o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez. Eles visitaram as obras da ponte de integração entre os países. Momentos antes, fizeram um trecho do percurso em cima da carroceria de uma caminhonete, de onde acenaram a apoiadores.

“Presidente, acompanhei o senhor em uma caminhonete e vi o

carinho que o povo tem. Vi o carinho espontâneo do seu povo. Estou muito orgulhoso, meu querido presidente, desse carinho que senti desse povo que vai seguir te apoiando no futuro”, declarou Benítez, emendando que compartilha de valores com Bolsonaro. “Nossos povos, e especificamente estes presidentes, cultivam os valores da família, do trabalho, da dignidade, do respeito à propriedade privada e da construção de modelos produtivos”, ressaltou.

Por sua vez, Bolsonaro comentou que a construção da ponte integrará os países e sustentou que a política ambiental



Peço que vocês, cada vez mais, se interessem por esse assunto. Se precisar, iremos à guerra, mas eu quero um povo ao meu lado consciente do que está fazendo e de por quem está lutando”

Jair Bolsonaro,
presidente da República

brasileira é um exemplo para o mundo no quesito preservação.

“Tudo o que fazemos aqui consultamos, conversamos e buscamos cordialmente o acordo. Afinal de contas, uma sugestão a mais sempre é muito bem-vinda. Itaipu Binacional é um exemplo para o mundo de geração de energia de fonte renovável. O Brasil é exemplo para o mundo na preservação ambiental. Dois terços do nosso território são preservados e temos a segunda maior matriz energética proporcional”, disse.

Também estiveram presentes ao encontro os ministros de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, e da Infraestrutura, Marcelo Sampaio; o deputado Filipe Barros (PL-PR) e o governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD).

Na semana que vem, o presidente brasileiro participará da Cúpula das Américas, nos Estados Unidos, onde o tema meio ambiente deverá ser um dos principais assuntos a serem debatidos (**leia reportagem na página 4**).

Lula critica “folgas” do presidente Na pauta, acesso a dados de candidatos

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou o presidente Jair Bolsonaro (PL) de “vagabundo da República” em publicação no Twitter ontem. Ao postar uma ilustração do chefe do Executivo pilotando uma moto aquática, o petista disse que “não sobra muito tempo para Bolsonaro trabalhar” porque ele se dedica a atividades que não são relativas ao mandato.

“Média de 3,6 horas trabalhadas por dia e dezenas de folgas autoconcedidas. Entre jogos de futebol, viagens para lazer e passeios de jet-ski, não sobra muito tempo para Bolsonaro trabalhar”, ressaltou Lula ao comentar uma reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* que fala sobre o lazer do presidente.

A imagem ainda traz termos como fome, desemprego, desabastecimento, inflação e carestia para acusar Bolsonaro de não se concentrar nos reais problemas do país.

Lula também foi alvo de críticas ontem. O ex-presidente Michel Temer (MDB) afirmou que o petista busca eliminar direitos dos trabalhadores ao defender a revogação da reforma trabalhista, aprovada em 2017 na gestão do emedebista.

Temer disse, ainda, que a pré-campanha de Lula deixou de abordar o assunto “porque não seria uma coisa boa para o trabalhador”. Em abril, o PT aprovou a sugestão de revogação da reforma trabalhista na proposta de programa apresentado ao PV e ao PCdoB para a formação de uma federação partidária — avalizada, em maio, pela Justiça Eleitoral.

O uso do termo “revogação” está alinhado ao discurso de aliados mais à esquerda, como o PSol, que cobra do PT o compromisso de propor a revogação das reformas trabalhista e previdenciária, além do teto de

Douglas Magno / AFP



Lula diz que entre viagens de lazer e passeios de jet-ski não sobra muito tempo para Bolsonaro trabalhar

gastos, também aprovado no governo Temer.

Segundo o ex-presidente, âncora fiscal é “medida popular, e não populista”. “As medidas populistas ganham aplauso hoje para serem vaiadas amanhã. As medidas populares não são compreendidas hoje e aplaudidas amanhã”, afirmou Temer, na Conferência Internacional da Liberdade, promovida pelo Instituto Liberal, em parceria com a Rede Liberdade.

Lula tem dito que não dará continuidade à política de teto de gastos. Recentemente, declarou que a medida favorece banqueiros “gananciosos”, além de ser um mecanismo das “elites econômica e política” para evitar investimentos em políticas públicas para a população.

O presidente Jair Bolsonaro

(PL), pré-candidato à reeleição, também já admitiu que pode rever as regras do teto de gastos em caso de novo mandato.

Chicoteado

Para Temer, existe hoje um movimento de desvalorização da classe política e, em muitos casos, o Congresso Nacional é “chicoteado”. Ex-presidente da Câmara dos Deputados, o emedebista afirmou que os políticos precisam recuperar a imagem para que o Brasil avance.

Ele disse, também, que os termos “esquerda, direita e centro” são “teses eleitoreiras”. “Pergunte para quem está passando fome se é de centro, de esquerda ou de direita. O povo quer é resultado”, afirmou.

» Cenário cristalizado

Pesquisa Ipspe, divulgada ontem, mostra que o cenário segue cristalizado com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na liderança, com 45% dos votos para o primeiro turno. O presidente Jair Bolsonaro (PL) aparece em segundo, com 34%. Os números são os mesmos apresentados na última rodada do levantamento. Ciro Gomes (PDT) oscila de 8% da leitura anterior para 9% agora. Simone Tebet (MDB) manteve os 3%, André Janones (Avante), Vera Lúcia (PSTU) e Pablo Marçal (Pros) têm 1% cada um.

Uma audiência pública convocada pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin — para discutir o impacto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na divulgação das informações de candidatos —, transformou-se num duelo de partidos políticos e associações de direito eleitoral contra entidades defensoras da transparência. O resultado do debate pode restringir o direito de acesso a registros como os bens declarados pelos políticos nas eleições.

De um lado, defende-se a limitação do teor dos dados e do período pelos quais ficam disponíveis atualmente numa plataforma eletrônica do TSE para consulta pública. No outro polo, a luta é para manter a publicidade das informações. Um dos pontos centrais da discussão é a lista de bens declarados pelos candidatos, que pode ter o nível de detalhamento reduzido.

A divulgação dos dados é feita para que o eleitor conheça o perfil de quem vai votar. O rol de informações abrange os registros de processos judiciais do concorrente a cargo eletivo. Hoje, é possível saber, por exemplo, se um candidato responde a processo criminal ou ação de improbidade. O eleitor também pode ter acesso ao patrimônio do político, que é obrigado a declarar tudo o que tem em seu nome, até dinheiro guardado em espécie em casa. Essa informação permite comparar a evolução patrimonial de um candidato ao longo de sua carreira política.

“Sensíveis”

Entre os partidos com representação no Congresso, apenas PDT e MDB participaram das

discussões. As duas legendas defenderam na Corte limitar o período de acesso da população às informações de postulantes a cargos públicos, ou ainda restringir dados como o endereço dos candidatos, sob o argumento de que expõem áreas sensíveis.

O advogado do PDT nacional, Walber Agra, argumentou que a divulgação dos registros deveria ser limitada ao período eleitoral porque o acesso irrestrito causaria constrangimentos aos candidatos e colocaria a vida deles em risco.

O advogado do MDB, Eduardo Toledo, defendeu que dados pessoais sejam ocultados por motivo de segurança pessoal e que haja restrição no prazo de divulgação dos dados de doações e gastos de campanha.

Retrocesso

Para Katia Brembatti, do Fórum de Direito ao Acesso à Informação, o desfecho da discussão pode ser decisivo para o direito de avaliação dos postulantes a cargos públicos. “Se essa prescrição da LGPD prosperar, a gente vai ter um retrocesso”, afirmou.

Em outra frente, a Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep) foi favorável à limitação de informações como o Requerimento de Registro de Candidatura (RRC), em que ficam compilados os dados básicos dos candidatos, tais quais o e-mail e o telefone. A entidade também pediu a supressão do endereço completo de onde estão localizados os bens dos concorrentes e o nome de seus respectivos pais, assim como o CPF nas certidões de antecedentes.

O TSE ainda definiu a data em que vai emitir uma resolução sobre o assunto.